

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1. As premissas de partida.....	22
2. O Estado da questão na legislação processual.....	25
3. A necessidade de contar com <i>standards</i> de prova.....	28

1

A FORMULAÇÃO DE UM <i>STANDARD</i> DE PROVA: REQUISITOS METODOLÓGICOS.....	39
1. Primeiro requisito: recorrer a critérios relativos à capacidade justificativa do conjunto probatório sobre as conclusões probatórias que forem estabelecidas.....	40
2. Segundo requisito: os critérios que forem utilizados no <i>standard</i> de prova devem cumprir a função de estabelecer um umbral de suficiência probatória	45
2.1. A suposta impossibilidade de estabelecer critérios que fixem o nível de exigência probatória.....	48
2.2. Sobre a conveniência de fixar o umbral de exigência probatória mediante <i>standards</i>	61
2.2.1. Universalismo vs. particularismo na determinação da suficiência probatória.....	66
3. Terceiro requisito: o <i>standard</i> de prova deve ser formulado recorrendo-se a critérios de probabilidade indutiva, não matemática....	91
3.1. Conceitos de probabilidade	93
3.1.1. A probabilidade estatística como modelo de raciocínio probatório.....	98

3.1.2.	A probabilidade subjetiva como modelo de raciocínio probatório.....	111
3.1.3.	A probabilidade lógica ou indutiva como modelo de raciocínio probatório.....	122
4.	Quarto requisito: qualquer processo judicial necessita de diversos standards de prova, que devem fixar umbrais de suficiência probatória distintos e progressivos	140

2

	A FUNDAMENTAÇÃO DO NÍVEL DE EXIGÊNCIA PROBATÓRIA DOS STANDARDS DE PROVA	151
1.	As funções dos <i>standards</i> de prova	151
1.1.	Os <i>standards</i> de prova fornecem os critérios de justificação das decisões probatórias.....	152
1.2.	Os <i>standards</i> de prova cumprem uma função de garantia para as partes	156
1.3.	Os <i>standards</i> de prova distribuem o risco de erro entre as partes.....	159
2.	A decisão sobre o umbral de suficiência probatória é contextual...	192
3.	Razões para determinar o umbral de suficiência probatória	209

3

	A MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES SOBRE OS FATOS E OS STANDARDS DE PROVA.....	239
1.	Introdução.....	239
2.	A vinculação conceitual entre prova e crenças do julgador.....	244
3.	A motivação das decisões judiciais sobre os fatos como exigência do devido processo.....	261
3.1.	Duas concepções da motivação.....	261
3.2.	Os <i>standards</i> de prova como pré-condição para a possibilidade de motivar as decisões sobre os fatos	268
3.3.	Uma coda sobre a credibilidade e sobre a aceitabilidade dos enunciados probatórios.....	278

COMO LEGISLAR SOBRE <i>STANDARDS</i> DE PROVA	281
1. Uma estratégia para o desenho processual dos standards de prova.....	281
2. Alguns exemplos de <i>standards</i> de prova bem formulados.....	288
3. Explicação dos <i>standards</i> 1 a 3.....	291
4. Explicação dos <i>standards</i> 4 a 7.....	312
5. Algumas conclusões e caminhos por recorrer	328
EPÍLOGO À 3.^a EDIÇÃO.....	335
1. A recente incorporação de <i>standards</i> de prova através da jurisprudência.....	335
1.1. Espanha	336
1.2. Peru	340
1.3. Brasil	344
1.4. Paraguai.....	347
1.5. México	349
2. Um catálogo ampliado de <i>standards</i> de prova.....	350
2.1. Um <i>standard</i> de prova abaixo da probabilidade prevalecente?	351
2.2. Os <i>standards</i> de prova para as medidas cautelares, em especial para a prisão preventiva	356
2.2.1. O <i>standard</i> de prova para o pressuposto material da prisão preventiva	357
2.2.2. O <i>standard</i> de prova aplicável ao risco processual para a prisão preventiva.....	363
2.2.2.1. Problemas e limites dos PRAI para estimar os riscos processuais	368
2.3. O <i>standard</i> de prova para as sentenças condenatórias sem julgamento	374
BIBLIOGRAFIA.....	385